



Todos sabem que o Brasil tem uma grande dívida com bancos privados e instituições públicas internacionais, e que ultimamente tem deixado de pagar os juros dessa dívida.

Ninguém desconhece também que esse seja um grave problema quer para o nosso país, quer para os credores, aos quais causa prejuízos e aborrecimentos, como os provocados pela recente decisão das agências federais dos Estados Unidos de ordenar a contabilização de 20% do montante dos créditos com o Brasil como perda dos bancos privados.

Há razões para acreditar, no entanto, que a dimensão relativa da questão da dívida externa brasileira diminuiu significativamente — ou, como prefere dizer o presidente Fernando Collor, “perdeu velocidade”.

Hoje esse problema já não constitui uma calamidade, já não ameaça mais a saúde financeira dos estabelecimentos credores, já não influi como razão determinante para a tomada de medidas de política econômica interna.

Na prática, ele vai sendo visto e medido no seu tamanho mais exato e, por isso mes-

mo, pode encontrar uma solução adequada e definitiva, em prazo relativamente curto.

Neste ponto, vale a pena anotar a declaração do senhor John Reed, presidente do principal credor privado do Brasil, o Citicorp, que, em sua recente passagem por Brasília, observou haver “mais confiança” da parte dos banqueiros estrangeiros na direção da economia brasileira “do que há seis meses”.

Essa maior confiança, por parte de credores, e a maior segurança de que fala a ministra Zélia Cardoso de Mello, quanto às suas reais possibilidades de pagamento, da parte do Brasil, poderão balizar uma negociação inteiramente diferente daquelas que ocorreram até hoje; uma negociação de fato eficaz, que seja competente para tirar esse problema da agenda de instituições e de autoridades cuja obrigação, aqui e no exterior, é olhar para o futuro e não para o passado.

A verdade, hoje cristalinamente comprovada, é que um importante componente de farsa sempre esteve presente nos acor-

dos e negociações até hoje levados a efeito entre credores e devedores. A simulação predominou sistematicamente de ambos os lados. Os acordos firmados não eram para valer, e todos os participantes da farsa sabiam perfeitamente que não eram para valer.

Os devedores encontravam um menu preparado antecipadamente, que eles estavam conscientes de que não cumpririam. Os credores cumpriam o ritual de apresentar o menu, que eles sabiam que não seria cumprido, e fingiam crer no compromisso.

Agora a situação mudou muito. Não somente ocorreu uma sensível melhoria da conjuntura em que atuam os bancos internacionais como houve uma revogação explícita ou tácita de certos princípios que inviabilizavam a adoção de soluções verdadeiramente práticas.

Pela primeira vez, pode-se acreditar em uma negociação efetiva, na qual os dois lados sabem o que desejam e o que de fato podem fazer.

O governo brasileiro certamente não despreza nem ignora a importância de uma solução permanente para a nossa dívida externa. Por essa razão, já traçou um cronograma de ações perfeitamente definido, que prevê primeiramente o entendimento com o Fundo Monetário Internacional, em seguida o acerto com o Clube de Paris e, finalmente, a negociação com os credores privados.

Definiu também, e com bom senso, um parâmetro para o seu comportamento nessas negociações, estabelecendo a prioridade do programa de estabilização econômica, que não pode ser subvertido ou inviabilizado por causa de compromissos externos. Demonstrou ser capaz de uma visão criativa e liberal das opções disponíveis em face dos seus objetivos estratégicos mais gerais de inserção do Brasil no sistema internacional.

Há, portanto, boas chances para um entendimento que seja aceitável para o Brasil e para os seus credores e que, sobretudo, permita a reativação de negócios, de financiamentos e de investimentos tão necessários à modernização da nossa economia e à retomada do nosso desenvolvimento.